

O início da neutralidade portuguesa na Ásia: debate sobre a aliança luso-francesa e luso-inglesa (1669-1672)

Beginning of Portuguese neutrality in Asia: debate on the Portuguese-French and Portuguese-English alliance (1669-1672)

KAREL STANĚK

Biblioteca Nacional da República Checa

kar.stanek@volny.cz

ORCID 0000-0002-6723-0017

Texto recebido em / Text submitted on: 22/10/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 25/06/2025



Resumo. O estudo versa sobre a atitude dos membros da elite política portuguesa face à integração de Portugal numa eventual tríplice aliança com a França e a Inglaterra contra a República Holandesa, e sobre a qual ocorreram negociações diplomáticas nos anos de 1669-1672. Resume e analisa os seus argumentos, apresentados em forma dos *pareceres* no debate político, e situa-os no contexto mais vasto da política externa portuguesa. Os expoentes deste debate foram as facções na corte, chefiadas por João de Mascarenhas, Marquês de Fronteira e Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval. Ao mesmo tempo, o estudo analisa as consequências deste debate para o futuro do Estado da Índia. Em última análise, a Coroa portuguesa decidiu ficar fora da aliança anglo-francesa, confirmando o aumento da importância das suas possessões do Atlântico Sul à custa do Estado da Índia. A política de imposição do monopólio no nível internacional foi substituída pela política de neutralidade no sentido de não interferência em conflitos militares, sem, contudo, renunciar à formação de alianças. Podemos, por isso, falar da racionalização da política externa portuguesa em relação à Ásia.

Palavras-chave. Aliança luso-francesa, República Holandesa, Estado da Índia, debate político, neutralidade.

Abstract. The study deals with the attitude of the members of the Portuguese political elite towards the considered triple alliance of Portugal, France and England against the Dutch Republic, about which diplomatic negotiations took place in the years 1669-1672. It summarizes and analyzes their arguments, presented in the form of *pareceres* in the political debate, and places them in the wider context of Portuguese foreign policy. The exponents of this debate were the factions at court, headed by João de Mascarenhas, Marquês de Fronteira, e Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval. At the same time, the study analyzes the consequences of this debate for the future of the Estado da Índia. Ultimately, the Portuguese Crown decided to stay away from the Anglo-French alliance, confirming the rise in importance of their South Atlantic possessions at the expense of the Estado da Índia. The policy of enforcing monopoly in the international stage was replaced by the policy of neutrality in the sense of non-interference in military conflicts, without, however, resigning itself to forming alliances. We can therefore talk about the rationalization of Portuguese foreign policy towards Asia.

Keywords. Portuguese-French alliance, Dutch Republic, Estado da Índia, political debate, neutrality.

Introdução

O tema das negociações diplomáticas de 1669-1672, cujo objetivo era formar uma aliança luso-francesa e luso-inglesa, ou seja, uma tríplice aliança de França, Inglaterra e Portugal, contra a República Holandesa, permaneceu durante muito tempo à margem do interesse dos historiadores. Foi Glenn J. Ames, com os seus numerosos estudos, que veio alterar este panorama. No entanto, a sua valiosa contribuição omitiu uma análise mais profunda dos argumentos portugueses, expressa no quadro de um debate político sobre a orientação futura da política externa portuguesa num período chave da história do Império Português, quando o destino do Estado da Índia se decidia. Este estudo tentará sistematizar e avaliar os argumentos dos membros da elite política portuguesa, incorporados nos seus *pareceres*. Alguns *pareceres* defenderam a participação portuguesa na tríplice aliança, enquanto outros se manifestaram contra. A possibilidade de permanecer neutro também foi discutida. Os *pareceres* constituem, na sua maioria, um núcleo documental coeso, armazenado na Biblioteca Nacional de Portugal sob o nome *Instrução da Secretaria de Estado e pareceres sobre a liga de França e Inglaterra*, mas alguns deles estão dispersos também noutros arquivos e bibliotecas, nomeadamente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Biblioteca da Ajuda. Ao mesmo tempo, o estudo analisará as consequências deste debate político para o futuro do Estado da Índia.

1. Negociações sobre a formação de uma tríplice aliança ofensiva contra a República Holandesa

Apartir do início do século XVII Portugal esteve em guerra com a República Holandesa e, a partir de 1640, também com a Espanha. Quando em 1661 assinou a paz em Haia com a República Holandesa, confirmada em 1669, a paz voltou a reinar entre as duas potências europeias na Ásia depois de mais de 60 anos. Pouco antes, em 1668, foi acordada a paz de Lisboa, que colocava fim ao conflito luso-espanhol. Ainda que Portugal estivesse extremamente exausto financeiramente, saiu surpreendentemente bem de ambas as guerras. Embora a maior parte da Europa acreditasse que a sua reocupação pelos espanhóis era apenas uma questão de tempo, não só conseguiu manter a independência, como até defendeu as suas possessões ultramarinas no Atlântico Sul. Todavia, o Império Português na Ásia, denominado Estado da Índia, antigo coração do Império Português, perdeu quase todo o apoio de Portugal, tornando-se

assim numa espécie de “império órfão”. Além disso, sofreu pesadas perdas territoriais, perdeu a coesão político-económica e ficou efetivamente apenas com um torso, composto por quatro enclaves mutuamente isolados – Índia, África Oriental, Timor e Macau (PEARSON 1987: 137).

Foi neste contexto, que chegou a Lisboa a oferta francesa para uma aliança ofensiva. A França tinha como objetivo livrar-se da odiada República Holandesa, que bloqueava repetidamente as suas tentativas expansionistas na Europa através de meios diplomáticos e, além disso, controlava a maior parte do volume do comércio com a Ásia através da VOC. Como o comércio com a Ásia era considerado o negócio mais lucrativo do mundo na época, o primeiro-ministro francês Colbert criou a Companhia Francesa das Índias Orientais (*Compagnie française pour le commerce des Indes orientales*), em 1664, para competir eficazmente com a VOC. No entanto, como as expedições comerciais francesas de 1665-1666 não tiveram o resultado esperado, Colbert alterou completamente a sua estratégia asiática em 1669 (AMES 2000: 175-176).

O poder holandês seria quebrado por um ataque terrestre simultâneo à República Holandesa na Europa e por uma agressão naval contra a VOC e as suas possessões no Oceano Índico. A ofensiva seria conduzida em cooperação entre a França, a Inglaterra e Portugal. Os portugueses tinham mais experiência no comércio com a Ásia, pelo que deveriam ter sido estrategicamente úteis para a França no planeamento de operações militares e na construção de pontos de apoio. Além disso, os portugueses deveriam entregar pelo menos um dos seus assentamentos à França como base inicial de operações. Os franceses possuíam apenas uma ilha no Oceano Índico – a ilha da Reunião. Em troca, os portugueses beneficiariam do poder militar e comercial francês, tanto mais que o seu próprio poder na Ásia estava bastante enfraquecido. Segundo o rei francês Luís XIV havia uma ameaça real de os portugueses serem completamente expulsos da Ásia: “Era impossível aos portugueses conseguirem manter-se na Índia e resistir ao poder holandês sem se aliarem a alguma outra nação europeia” (SANTARÉM 1842-1876: 626, 633). Após a derrota holandesa, os portugueses recuperariam as suas antigas possessões. Por outro lado, já não teriam de pagar à República Holandesa uma compensação financeira por investimentos desperdiçados no Brasil, em Angola e na ilha de São Tomé. A aliança, mutuamente benéfica, seria complementada por privilégios comerciais, dando direito ao comércio vantajoso nos estabelecimentos da outra parte. Os franceses intitularam-se assim de protetores portugueses (AMES 2000: 176-177).

As acaloradas conversações diplomáticas tiveram lugar principalmente em 1669-1670 quando a ofensiva diplomática francesa culminou. Essas

conversações visaram ampliar a aliança luso-francesa de 1667 numa aliança ofensiva e união comercial. O enviado francês em Lisboa, o Marquês de Saint-Romain, apoiou a facção francesa na corte portuguesa, liderada pela rainha Maria Francisca Isabel de Sabóia. Procurou tirar partido dos interesses semelhantes dos dois países, da proximidade religiosa dos povos português e francês, ambos professando a fé católica romana, do desejo português de vingança contra os “hereges” holandeses, e do ineficaz apoio inglês após a conclusão de um tratado mútuo em 1661 (AMES 2000: 177). Quando o Rei-Regente D. Pedro II em 1670 nomeou o novo vice-rei do Estado da Índia D. Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, Conde do Lavradio, que se auto-intitulou o *restaurador de Ceilão*, os holandeses temeram um ataque conjunto luso-francês à Costa do Malabar, na Índia e no Sri Lanka (1671). Mas os seus receios eram prematuros, pois não era totalmente claro se ele queria atingir este objetivo através de meios militares ou pacíficos (VINK 2016: 498).

As opiniões dos membros dos Conselhos Reais sobre a questão da formação da tríplice aliança da França, Inglaterra e Portugal diferiam entre si. No entanto, após um aceso debate a opção foi a da rejeição da proposta francesa. A consulta do Conselho Ultramarino de 1669 sugeriu fornecer refúgio aos navios franceses nas possessões asiáticas portuguesas, mas ao mesmo tempo não recomendou a permissão para o estabelecimento de feitorias francesas ali, nem a entrega de qualquer um dos assentamentos portugueses em mãos francesas, medida de base operacional (AHU, DAI, cx. 28, doc. 71). As instruções do vice-rei Mendonça Furtado de 1670 não incluíam quaisquer cláusulas pró-francesas, e o seu título dizia apenas “Vice-rei e Capitão-General”, e não “Conquistador do Ceilão” (PISSURLENCAR 1956: 220-223). A frota portuguesa não apoiou a *frota persa* francesa de Jacob Blaquet de la Haye, que operava no Oceano Índico em 1670-1674 (AMES 1990: 548-559). O único resultado positivo para a França foi, portanto, que os seus navios fossem recebidos amigavelmente nos portos portugueses na Ásia e que se estabelecesse um armazém naval francês nas margens do Tejo, em Lisboa (AMES 1993: 54).

Embora as discussões continuassem, desta vez através do novo enviado francês em Lisboa, o Senhor de Auberville, e a Inglaterra tivesse convidado Portugal para entrar na aliança anglo-francesa (1672), Portugal acabou por não aderir. A aliança declarou, por isso, a guerra à República Holandesa em 1672 sem Portugal, que se viu numa situação demográfica e económica difícil e teve de se defender contra a concorrência cada vez mais efetiva dos rivais europeus no ultramar. No entanto, as preocupações portuguesas sobre um possível reinício da guerra com Espanha, que se poderia ter aliado ao lado holandês, revelaram-se decisivas. O confronto com Espanha sempre significou

uma ameaça existencial para Portugal. Depender do apoio estrangeiro não valeu a pena para os portugueses já na década de 1660, quando os ingleses não ajudaram a defender as suas possessões na Costa do Malabar contra uma ofensiva holandesa. Além disso, os ingleses exigiram, para a sua possível assistência atual, uma extensão dos seus privilégios comerciais de 1654 e 1661. A estreita cooperação com os franceses podia levar à expansão das atividades da *Société des Missions Etrangères*, fundada em 1663, o que poderia ameaçar os privilégios associados ao Padroado Régio. Ao serviço francês estava François Caron, funcionário e diretor-geral antigo da VOC, que contribuiu para a queda das possessões portuguesas no Sri Lanka e era, por isso, *persona non grata* em Goa. Por último, mas não menos importante, o poder naval francês não parecia suficiente para subjugar o rival holandês (MELLO 2001: 272). O vice-rei Mendonça Furtado confirmou-o, afirmando que “não há dúvida de que os franceses na Índia não têm força suficiente para enfrentar os holandeses” (AHU, DAI, cx. 29, doc. 171).

O envolvimento português numa guerra contra os holandeses ao lado da França seria demasiado arriscado e o seu resultado incerto. Por conseguinte, os portugueses rejeitaram a proposta francesa de uma aliança. Na viragem das décadas de 50 e 60 do século XVII, quando os portugueses eram pressionados na Europa pelos espanhóis e no ultramar pelos holandeses, demonstraram enorme interesse numa tal aliança, contudo, os políticos franceses dessa época, liderados pelo Cardeal Mazarino, tinham outras prioridades, que não incluíam a expansão marítima nem o comércio. A situação alterou-se drasticamente dez anos depois, quando Colbert chegou ao poder na França, mas entretanto Portugal tinha feito a paz com Espanha e a República Holandesa e tinha recebido o apoio inglês (AMES 1993: 47). As negociações diplomáticas com a França depois de 1672 não conduziram, portanto, a quaisquer resultados. Só durante a fase inicial da invasão francesa da República Holandesa, o Rei-Regente D. Pedro II considerou juntar-se à aliança anglo-francesa, acabando por descartar essa ideia, dado que foi breve o sucesso do avanço francês (BA, 51-V-49, ff. 10-11).

2. Debate sobre o rumo da política externa portuguesa

O debate político sobre questões fundamentais relativas à futura orientação da política externa do país tinha uma longa tradição em Portugal, que remontava ao século XV. No início, os membros de um círculo vasto de conselheiros reais, mais tarde geralmente selecionados dos Conselhos Reais, apresentavam os

seus *pareceres* ao rei sobre questões específicas. Isto demonstra a importância do diálogo político no seio da monarquia corporativista portuguesa, em que o rei não tomava decisões inteiramente sozinho, mas partilhava o poder com uma série de instituições e órgãos. O modelo de debate político foi amplamente utilizado na primeira metade do século XVI pelo Rei D. João III no contexto da ponderação do destino de um império excessivamente alargado – finalmente, o rei ordenou uma retirada organizada das forças portuguesas de Marrocos e encorajou uma maior expansão na Ásia (CRUZ 1997: 5-50). Após a Restauração portuguesa (1640), o Rei D. João IV viu-se numa situação semelhante quando, na viragem das décadas de 1640 e 1650, considerava se devia enviar mais recursos para o Brasil ou para a Ásia – desta vez o Brasil foi o preferido. Na viragem das décadas de 1660 e 1670, o Rei-Regente D. Pedro II voltou novamente à discussão política, no contexto de uma contemplada tríplice aliança com a França e a Inglaterra contra a República Holandesa (WINIUS 2001: 1-9). Devia Portugal juntar-se à França e à Inglaterra, ou aos seus rivais, ou manter-se neutro?

Para Portugal, este foi um debate fundamental, pois dizia respeito ao destino do Estado da Índia, que era ideologicamente considerado a parte mais valiosa do Império Português e a personificação da expansão portuguesa. No entanto, a sua rentabilidade para a Coroa estava em constante queda, pelo que esta teve de o subsidiar a partir do início do século XVII. Após a desagregação da rede comercial portuguesa no Oceano Índico, na década de 1620, o Estado da Índia deixou definitivamente de ser rentável, uma vez que caíram os rendimentos do comércio que não puderam ser substituídos. Na década de 1630, a Carreira da Índia, que fornecia mercadorias para a Europa e reforços militares para a Ásia, entrou efetivamente em colapso à medida que o número de navios diminuía de forma drástica e as suas perdas aumentavam dramaticamente. Na guerra com a VOC (1601-1663), os portugueses perderam a maior parte das suas principais possessões na Ásia – as Molucas, a Malaca, o Sri Lanka e a Costa do Malabar na Índia, bem como o acesso ao mercado japonês, o que limitou ainda mais os seus lucros. A Coroa respondeu abolindo definitivamente todos os seus monopólios comerciais (1642), completando-se assim o processo iniciado no último quartel do século XVI, e depois de 1663 as atividades comerciais privadas dominaram completamente o Estado da Índia (SUBRAHMANYAM 2012: 167-181; COSTA 2013: 52; VEEN 2000: 77-79).

Com a perda dos portos na Costa do Malabar, os portugueses ficaram sem acesso à pimenta local, desaparecendo assim a principal razão de ser da existência do Estado da Índia. A adesão à aliança anglo-francesa poderia ser, assim, a última oportunidade para Portugal recuperar as suas possessões

asiáticas, torná-las novamente lucrativas e dar-lhes sentido. Contudo, se a guerra não corresse bem, poderia significar o fim definitivo do Estado da Índia. Os portugueses consideraram a sua participação numa guerra justa, uma vez que algumas das regiões asiáticas que os holandeses tinham conquistado lhes tinham sido legadas pelos seus legítimos soberanos asiáticos, como aconteceu no Sri Lanka ou em Ternate (SALDANHA 1991: 238-240). Cochim e Cananor, situadas na Costa do Malabar, foram reivindicadas pelos portugueses uma vez que tinham sido ocupadas pelo exército holandês em 1663, após a conclusão e ratificação do Tratado de Haia de 1662, ainda antes da sua publicação oficial, que ocorreu durante o ano 1663 (ROELOFSZ 1943: 374). A queda dos portos da Costa do Malabar em mãos holandesas foi provocada pelo adiamento da ratificação portuguesa, que resultou da rejeição inglesa do conteúdo do acordo luso-holandês, que prometia aos holandeses os mesmos privilégios comerciais no território do Império Português tal como foi concedido aos ingleses pelo acordo de 1661. Além disso, os ingleses nem sequer prestaram aos portugueses apoio militar para a sua defesa (MELLO 2001: 255-259). A sua perda foi um grande golpe para os portugueses. Cochim representou a primeira possessão portuguesa na Índia, o que simbolicamente a tornou na mais importante possessão portuguesa de sempre. António Pais de Sande, membro do Conselho Ultramarino, proferiu a célebre declaração de que “sem Cochim não podemos ter Índia” (BNP, FG, Cod. 748, f. 142).

Todos os nobres a quem o rei se dirigiu (1669-1672) reconheciam implicitamente a importância do Estado da Índia e das possessões portuguesas sobre o mesmo. Dois deles trouxeram também uma expressão explícita da sua importância. Segundo João de Mascarenhas, Marquês de Fronteira, membro dos Conselhos de Estado e de Guerra, e líder da facção guerreira da corte, as possessões asiáticas constituíam a parte “mais importante e gloriosa de todas as conquistas” porque ao ocupá-las os portugueses derramaram “o precioso sangue de tantos mártires e tantos varões ilustres que deram a vida pela honra de Deus e pela glória do Reino (isto é Portugal)” (BNP, FG, Cod. 748, ff. 154, 156). Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval, que era membro dos Conselhos de Estado, de Guerra, e Ultramarino, e chefiava a facção moderada da corte, declarou por sua vez que “a Índia é de Vossa Alteza e tudo o que nela tem os Estados Gerais foi deste Reino (ou seja Portugal)” (BNP, FG, Cod. 748, f. 136v). Depois da perda da maior parte das possessões marroquinas, foi precisamente o serviço no Estado da Índia o mais valorizado em todo o Império Português. Havia uma aura de heroísmo associada à Ásia, porque aí os portugueses travavam uma guerra quase permanente contra os muçulmanos, cujas reverberações ainda ressoavam no final do século XVII.

A expansão na Ásia passou a fazer parte da identidade nacional portuguesa. Não é por acaso que o cargo de vice-rei do Estado da Índia foi um dos cargos mais cobiçados de sempre no ultramar. Depois de 1640, a Coroa apreciou a lealdade das famílias nobres durante a Restauração, nomeando os seus membros como vice-reis do Estado da Índia (VALLADARES 2001: 10, 109).

Como se pode verificar, a mentalidade dos membros da elite política portuguesa não permitiu abandonar a ideia da necessidade de manter o controlo sobre as possessões asiáticas, mesmo que a sua real importância para Portugal desaparecesse. Como para atingir este objetivo era necessário entrar novamente em guerra com a República Holandesa, nem todos estavam dispostos a apoiá-lo, a não ser que Portugal encontrasse um aliado forte. No entanto, a futura invasão anglo-francesa na República Holandesa e o possível apoio anglo-francês a Portugal trouxeram novas possibilidades. Se nas décadas de 1640 e 1650 a Coroa privilegiava o Brasil, geograficamente mais próximo e economicamente mais valioso, deixando o Estado da Índia à sua sorte, abria-se agora a oportunidade de fortalecimento das possessões asiáticas, sobretudo desde que, a partir de 1654, se efetivou o controlo do Brasil. Os defensores da renovação da guerra eram chamados *valentões* na corte. Esta é uma referência a um partido de guerra que no final da década de 1640 e início da década de 1650 impediu um acordo de paz com a República Holandesa na tentativa de retomar possessões no Nordeste do Brasil. Na viragem das décadas 1660 e 1670, uma nova geração de *valentões* sonhava em restaurar a glória do Estado da Índia (MELLO 2001: 271). Mas a questão era saber se a guerra era a melhor solução possível. A Coroa viu-se confrontada com um dilema asiático fundamental – qual a melhor forma de utilizar o ataque anglo-francês à República Holandesa em seu benefício, especialmente ao Estado da Índia?

3. “É de maior importância ganhar o perdido que é toda a Ásia do que conservar a pequena parte que hoje nos resta” – argumentos para a participação na aliança anglo-francesa

De acordo com os apoiantes da aliança de Portugal com a França e a Inglaterra, liderados por João de Mascarenhas, Marquês de Fronteira, esta era uma oportunidade extraordinária para restaurar um Estado da Índia viável, que se dizia trazer “a honra de Deus, a glória da nação e o interesse e remédio dos vassalos” (BNP, FG, Cod. 748, f. 154v). Formou-se uma ampla coligação de Estados europeus contra a República Holandesa, o que poderia

mantê-la tão ocupada na Europa que não conseguiria apoiar eficazmente a VOC, que assim não conseguiria defender-se eficazmente na longínqua Ásia. Além disso, a diplomacia portuguesa podia obter o apoio de vários soberanos asiáticos que estavam descontentes com o facto de a limitada supervisão portuguesa do comércio marítimo ter sido substituída por um eficaz controlo holandês. Segundo alguns, isto levou a uma oposição considerável ao domínio da VOC na Ásia, especialmente porque os holandeses deveriam impedir a aproximação dos soberanos asiáticos aos portugueses. Além disso, esta situação prometia aos portugueses a possibilidade de se libertarem do pagamento de compensações financeiras à República Holandesa, pelos seus investimentos desperdiçados no Brasil, em Angola e na ilha de São Tomé. Uma combinação tão feliz de circunstâncias poderia não se repetir no futuro, pelo que era de todo o interesse aproveitá-la (BNP, FG, Cod. 748, ff. 131v, 141, 145, 156v-157; BA, Cod. Codex 51-VIII-26, f. 36).

No contexto das guerras religiosas, os holandeses foram retratados pelo Marquês de Fronteira como cruéis adversários da fé católica romana, seguidores da “infecta e diabólica seita de Calvino” e “acérrimos inimigos” dos portugueses (BNP, FG, Cod. 748, ff. 155v, 156). Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval, escreveu que “tantas vezes esta nação importuna para as conveniencias de Portugal” (BNP, FG, Cod. 748, f. 138v). Segundo Diogo de Lima, Visconde de Vila Nova da Cerveira, membro do Conselho de Estado, causaram tantos danos aos portugueses na Ásia “que não haverá papel em que caibam” (BA, Codex 51-VIII-26, f. 36). Diz-se que não tinham o hábito de cumprir a palavra, o que provaram várias vezes durante a guerra mútua, quando se apoderaram de algumas possessões portuguesas já depois da assinatura do armistício ou da paz, mas antes da sua ratificação. Estavam dispostos a concluir a paz apenas quando lhes fosse mais conveniente, e os portugueses pagaram caro por isso. Por esta razão, muitos membros da elite política portuguesa acreditavam que se os holandeses considerassem conveniente, renovariam a guerra para controlar os últimos estabelecimentos portugueses na Ásia. Isto ocorreu muito provavelmente, segundo o Marquês de Fronteira, depois de os portugueses lhes terem pago todas as indemnizações pela expulsão das suas possessões no Atlântico Sul. Por isso, valeu a pena aproveitar a situação e declarar-lhes guerra mais cedo (BNP, FG, Cod. 748, ff. 143v, 155v).

Diz-se que os holandeses não gozavam de uma posição tão forte na Ásia como parecia à primeira vista. Afinal de contas, durante os 200 anos das suas atividades na Ásia, dificilmente houve um ano em que não tenham travado algum tipo de guerra. Por vezes, chegaram a travar mais de dez guerras com soberanos asiáticos ao mesmo tempo, o que esgotou enormemente as suas

forças navais e terrestres. Embora a sua frota excedesse, sem dúvida, a de Portugal em tamanho, se fosse forçada a enfrentar uma coligação naval unida, a posição holandesa na Ásia tornar-se-ia vulnerável. O exército holandês, por outro lado, teve de lidar com a deserção, uma vez que era composto em grande parte por membros de várias nações europeias (AMES 1990: 550-551). O governador-geral Johan Maetsuijcker, o Conselho das Índias (*Raad van Indië*) em Batávia e o governador do Sri Lanka e da Costa do Malabar da Índia, Rijckloff van Goens, estavam claramente preocupados com esta eventualidade. Muitos indícios apontavam para a formação de uma tríplice aliança anti-holandesa de Portugal, França e Inglaterra e a chegada de uma grande frota combinada em 1670. O perigo era tanto maior que o funcionário e antigo diretor-geral da VOC François Caron serviu como conselheiro francês e chefe da feitoria francesa em Surat (1668-1671). Van Goens alertou para a lealdade incerta da população católica romana do Sri Lanka e da Costa do Malabar. Além disso, estas áreas podem ter sido os alvos mais fáceis de todas as possessões holandesas. Por último, mas não menos importante, correram rumores de que o recém-nomeado vice-rei do Estado da Índia, D. Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, Conde do Lavradio, teria aceitado o título de *restaurador de Ceilão*, que deveria ter alcançado imediatamente após expulsar os holandeses da Costa do Malabar (NA, VOC 1282, OBP, ff. 1116v-1117; VOC 895, BUB, f. 861).

O Marquês de Fronteira recordou que Portugal conseguiu triunfar sobre os holandeses no Atlântico Sul nas décadas de 1640 e 1650, embora então não tivesse apoio estrangeiro efetivo e tivesse de se defender dos ataques espanhóis. Se conseguiu ter sucesso em condições tão adversas, não teria tido problemas em alcançar a vitória na Ásia com o apoio francês e inglês, sem ter de enfrentar uma invasão espanhola. Isto foi facilitado pelo facto de a República Holandesa estar novamente ocupada com a guerra na Europa. Um papel significativo na expulsão dos holandeses do Brasil foi desempenhado pelo seu envolvimento na guerra com a Inglaterra, da qual os portugueses tiraram o máximo partido. Além disso, a Ásia estava muito mais longe da Europa do que o Brasil, pelo que teria sido mais difícil para os holandeses enviarem para lá reforços (BNP, FG, Cod. 748, ff. 156v-157).

No entanto, surgiram preocupações quanto à reação de Espanha ao ataque francês à República Holandesa, para a qual António Pais de Sande chamou a atenção. Era possível que a Espanha ficasse no lado dos Países Baixos, colocando-se assim no campo hostil a Portugal (BNP, FG, Cod. 748, f. 141). Contudo, segundo a convicção de Luís Álvares, Marquês de Távora, membro do Conselho da Guerra, não fazia sentido rejeitar a aliança com França por

causa desta hipótese. Como o objetivo principal da Espanha era recuperar o controlo de Portugal, não se podia contar que a Espanha mantivesse relações pacíficas. O Marquês de Távora acreditava que a paz com Espanha só duraria enquanto Espanha estivesse fragilizada e Portugal forte. A melhor opção para Portugal teria sido uma aliança com a França e a Inglaterra, que deveriam ter sido capazes de lhe proporcionar segurança suficiente (BNP, FG, Cod. 748, ff. 143, 145).

Segundo o Marquês de Fronteira, o principal ataque dos aliados na Ásia concentrar-se-ia no Sri Lanka e na Costa do Malabar, por estarem mais próximos de Goa, o centro do Estado da Índia. Além disso, estas zonas eram de maior valor para os portugueses, pois produziam especiarias valiosas – a pimenta vinha da Costa do Malabar e a canela do Sri Lanka. Portugal enviaria dez fragatas e dez barcos a remos para a Ásia, em cujos conveses estariam 1500 homens. A esta frota juntar-se-iam soldados de soberanos asiáticos, cuja aliança poderia ser assegurada. Além disso, os navios necessários para proteger as cáfilas comerciais e defender as possessões existentes deveriam dirigir-se para a Ásia. As frotas aliadas da Inglaterra e da França juntar-se-iam à frota portuguesa em Goa, onde o vice-rei do Estado da Índia assumiria o comando supremo de toda a frota como representante do poder soberano português. Além disso, o então vice-rei D. Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque era muito adequado para tal tarefa, pois era um guerreiro naval experiente e conhecido pela sua coragem e bravura. O primeiro ataque seria dirigido a Cochim, seguindo-se outros portos da Costa do Malabar. As bases na Costa do Malabar tornar-se-iam então um trampolim para a invasão no Sri Lanka (BNP, FG, Cod. 748, ff. 159-161).

O apoio à declaração de guerra à República Holandesa resume-se na tese do Marquês de Fronteira de que “é de maior importância ganhar o perdido que é toda a Ásia do que conservar a pequena parte que hoje nos resta” (BNP, FG, Cod. 748, f. 163). Obviamente, teria sido melhor para os portugueses lutarem sozinhos contra os holandeses e não terem de contar com a França, mas não tinham recursos para o fazer. Nesta situação, não era bom despertar a desconfiança da França recusando uma aliança, quando era a França que podia proteger os interesses portugueses tanto contra a República Holandesa como contra a Espanha. Além disso, no caso de uma atitude repulsiva portuguesa, a França poderia agir de forma hostil não só contra a República Holandesa, mas também contra Portugal, e perturbar o comércio ultramarino português, ou mesmo ocupar algumas possessões portuguesas ultramarinas (BNP, FG, Cod. 748, f. 146).

Os nobres que se aliaram à tríplice aliança procuraram sobretudo

restaurar a antiga extensão e importância do Estado da Índia. Defendiam a sua importância histórica e consideravam-na a parte mais importante do Império Português. Afinal, durante muitas décadas foi uma das principais fontes de receitas do Estado (COSTA, LAINS, MÜNCH MIRANDA 2016: 97). Invocaram também o favor de Deus para os ajudar a reverter a luta contra os heréticos holandeses, cuja imagem demonizaram fortemente. Ao mesmo tempo, não queriam perder o apoio da França, que procuraram em vão nos 30 anos anteriores. A guerra com a Espanha não era uma ameaça tão grande para eles, porque mais cedo ou mais tarde esperavam a sua renovação de qualquer forma. Os parceiros da aliança deveriam ajudar Portugal contra uma possível invasão espanhola. Embora a tríplice aliança tivesse algum potencial, os seus apoiantes sobrestimaram as capacidades portuguesas e, inversamente, subestimaram as forças holandesas. Pode dizer-se que tinham uma compreensão insuficiente da realidade e estavam muito apegados ao passado quando Portugal dominava as rotas oceânicas. Afinal, a VOC foi uma das maiores potências marítimas do seu tempo, entre 1638-1663 privou os portugueses da maior parte das principais possessões da Ásia (Malaca, Sri Lanka, Costa do Malabar) e foi apenas uma coincidência que não tenha também tomado Diu e a ilha de Moçambique em 1662-1663.

4. “Vossa Majestade não está em estado de escolher caminhos arriscados” – argumentos contra a participação na aliança anglo-francesa

Os opositores à aliança com Inglaterra e França, liderados por Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval, apontaram a atitude oportunista de ambos os países em relação a Portugal. Sem o apoio naval português e as bases portuguesas, a possibilidade do seu êxito na Ásia contra a VOC teria sido menor. Por um lado, a França estava ansiosa por eliminar o poder naval holandês e assumir um papel dominante no comércio marítimo com a Ásia. A cooperação com Portugal ajudaria a atingir este objetivo, garantindo, também, privilégios comerciais nos portos portugueses. Além do que, caso a Espanha decidisse tomar o partido dos holandeses, o exército português poderia travar o seu avanço (BNP, FG, Cod. 748, f. 137; AMES 1993: 33-39, 48-49). A Inglaterra, por outro lado, pretendia reforçar a sua posição na Índia, capturar o Sri Lanka e expandir os seus privilégios comerciais no Império Português. De acordo com o tratado luso-inglês de Londres de 1661, o porto de Galle caberia aos ingleses caso os portugueses reconquistassem

o Sri Lanka. Ao mesmo tempo, neste caso, deveria existir uma distribuição justa dos lucros do comércio da canela (BNP, FG, Cod. 748, f. 137; FLORES 2001: 13). João da Silva, o Marquês de Gouveia, embaixador na Espanha, salientou que

entrando nesta liga recuperemos o que temos perdido na Índia, se pelo tratado de Inglaterra somos obrigados a conceder-lho e pelo que fizemos com França para nos indarir nele lhe havíamos de prometer o mesmo, ou muito mais que conveniência pode ter Portugal de comesa de perder logo de contado, sem esperança alguma de ganhar do futuro.

O Marquês não deixou de sublinhar que “como os ingleses e os holandeses sigão a mesma religião (ie. protestante), não faço grande ponderação em que Portugal possa ter mais conveniência de que sejão de Inglaterra do que de Holanda” (BGUC, Reservados, Cod. 2967, f. 45-45v).

Dada a impossibilidade de manter em segredo os preparativos militares, existia uma ameaça real de um ataque surpresa holandês às posições portuguesas na Ásia, levando ao colapso do Estado da Índia. A guerra naval estava a passar por um período de grandes mudanças – os navios mercantes armados e os navios de guerra tradicionais estavam a ser substituídos por navios de linha. No entanto, Portugal ficou muito atrás dos seus rivais neste aspeto. Além disso, era bem diferente o número de navios à disposição de Portugal e da República Holandesa: em 1660 seguiram para a Ásia 21 navios portugueses contra 246 navios à vela holandeses (BRUIJN, GAASTRA, SCHÖFFER 1979; SUBRAHMANYAM 2012: 193). Além disso, Portugal enfrentou uma escassez de soldados e marinheiros, crescendo o facto de as opções militares de Portugal serem também bastante limitadas. Em 1668, o vice-rei do Estado da Índia, João Nunes da Cunha, Conde de São Vicente, queixava-se de que o seu poder de facto não se estendia para além das fronteiras de Goa (DISNEY 2009: 163). A coordenação das frotas aliadas era, também, problemática, estando muitas vezes à mercê dos interesses dos aliados na Ásia. Por último, mas não menos importante, havia a possibilidade de a França, apesar das suas proclamações, chegar a um acordo com a República Holandesa, deixando as possessões portuguesas expostas à retaliação holandesa (BNP, FG, Cod. 748, ff. 141v-142, 143).

Se Portugal entrasse em guerra com a República Holandesa, deveria envidar todos os esforços diplomáticos para evitar uma aliança desta com a Espanha. O Marquês de Gouveia descreveu-o apropriadamente: “Neste negócio havíamos de ir com um tal equilíbrio entre França e Castela”

(BGUC, Reservados, Cod. 2967, f. 71). Caso contrário, Portugal tornar-se-ia demasiado dependente da França, de cujo apoio militar necessitaria para se defender de uma invasão espanhola. Assim, Portugal deveria aliar-se à França apenas contra a República Holandesa, e não contra a Espanha. Além disso, a paz com Espanha tinha sido concluída antes, em 1668, após a longa Guerra da Restauração (1640-1668), pelo que negociações difíceis e novos combates não eram desejáveis. De acordo com o Marquês de Gouveia, “depois de 28 anos de guerra tão viva é justo deixar respirar os vassalos e cobrar novo sangue” (BGUC, Reservados, Cod. 2967, f. 44v). Arriscar uma nova guerra com Espanha, apenas pelos interesses franceses, não era sensato, escreveu António Pais de Sande (BNP, FG, Cod. 748, ff. 136-136v, 141).

Também não era claro se seria vantajoso restaurar o Estado da Índia, uma vez que as suas receitas estavam em constante declínio, tendo deixado de ser rentável na década de 1620. Por outro lado, a Carreira da Índia era quinze vezes menos lucrativa do que o comércio intra-asiático na década de 1630, principalmente em mãos privadas. A partir da década de 1570, a atenção da Coroa voltou-se lentamente para as possessões mais próximas e defensáveis do Atlântico Sul, a começar pelo Brasil. Neste contexto, falamos da “atlantização” do Império Português. Se nos anos de 1607-1610, o comércio com a Ásia rendeu dez vezes mais do que o comércio com o Brasil, durante as décadas de 1630 e 1640 a situação alterou-se a favor do Brasil (SCHWARTZ 2007: 21) e a elite política portuguesa estava bem ciente disso. O Secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda (1669-1680) afirmou que a principal possessão ultramarina portuguesa era o Brasil (BNP, FG, Cod. 748, f. 146).

Embora a todos tivesse agradado a recuperação do controlo das posições na Ásia, não era possível garantir que tal fosse o resultado da participação de Portugal na aliança militar com a França e a Inglaterra. Portugal seria o membro mais fraco da tríplice aliança, ficando numa posição claramente desvantajosa. Além disso, a guerra traria consigo riscos, sobretudo para um país já economicamente exausto e dilacerado pela guerra. Sofria de uma falta geral de recursos e a maioria da população era hostil à guerra. Neste estado de coisas, o Duque de Cadaval declarou que “Vossa Majestade não está em estado de escolher caminhos arriscados” (BNP, FG, Cod. 748, f. 139).

Os nobres opositores à participação portuguesa na tríplice aliança não negavam a importância histórica do Estado da Índia, mas reconheciam o potencial do Brasil. Se Portugal apoiasse a França e a Inglaterra contra a República Holandesa, seria necessário negociar condições favoráveis. Por outro lado, teria de ser criado um plano estratégico detalhado para uma ofensiva na Ásia, a fim de acautelar, tanto quanto possível, a natureza arriscada

das operações militares. Por último, mas não menos importante, a paz com Espanha, que representava uma ameaça existencial para Portugal, teria de ser preservada incondicionalmente. Como estas condições não eram fáceis de cumprir, os nobres preferiram evitar conflitos, manter-se afastados da tríplice aliança e manter o *status quo*. Na ausência de quaisquer garantias, havia entre eles um grande receio de uma maior deterioração da já infeliz situação do Estado da Índia e do próprio Portugal. Foi preciso ser extremamente cauteloso.

5. Racionalização da política externa portuguesa?

O Rei-Regente D. Pedro II, após longas discussões, decidiu-se por recusar a participação na aliança anglo-francesa contra a República Holandesa, mantendo, assim, a neutralidade portuguesa. Esta decisão contribuiu, sem dúvida, de forma significativa para o fracasso da ofensiva francesa na Ásia. A *frota persa* perdeu a capacidade de utilizar bases portuguesas estáveis, beneficiar do apoio naval português e concluir através de portugueses as alianças com alguns soberanos asiáticos. Em suma, o apoio português facilitaria muito a operação da frota francesa no Oceano Índico. A correspondência entre o Conselho XVII (*Heren XVII*) e o governador-geral holandês na Batávia demonstra as preocupações holandesas sobre as consequências da aliança luso-francesa (GENERALE MISSIVEN 1960: III, 819). Se esta aliança tivesse sido formada, é possível que os franceses tivessem enviado reforços para a Ásia depois de 1672, pelo que a *frota persa* não sofreu uma derrota decisiva (AMES 1993: 56-57).

Alguns membros da elite política portuguesa consideraram a neutralidade a pior de todas as opções que Portugal poderia ter escolhido. Mantendo a neutralidade, Portugal não ganharia nada. Pelo contrário, perderia a possibilidade de recuperar as suas possessões na Ásia, reavivando, assim, o Estado da Índia. Além disso, a França poderia considerar preferível a conquista de alguns territórios ultramarinos portugueses. A Inglaterra, a República Holandesa e a Espanha também se poderiam comportar de forma semelhante (BNP, FG, Cod. 748, ff. 141v, 149). A afirmação de Luís Álvares, Marquês de Távora, “se nos não fizemos necessários a todos, havemos de ficar dependentes de muitos”, funcionou como uma recordação sinistra (BNP, FG, Cod. 748, f. 144v).

No entanto, a neutralidade parecia ser a opção mais segura para Portugal. Esta posição pressupunha, no século XVII, que o respetivo Estado

permaneceria fora de um conflito militar específico por sua própria decisão. Depois de 1650, este conceito começou a ser visto, na política internacional como uma posição ética e legalmente aceitável, e não como um símbolo de imoralidade ou cobardia, um pecado dos indiferentes. Tornou-se um instrumento real, funcional e potencialmente benéfico (MÜLLER 2019: 46, 53). É de notar que um Estado decidir por não participar numa guerra, nem sempre significou que pretendia a total imparcialidade. O país neutral não era, por isso, considerado como ficando totalmente fora do conflito militar, mas sim como assumindo que a estrita imparcialidade lhe podia ser prejudicial. Além disso, a neutralidade era entendida como uma estratégia de curto prazo, dado que um compromisso de longo prazo seria muito arriscado numa época de conflitos frequentes (SCHNAKENBOURG 2019).

Portugal optou pelo afastamento das obrigações internacionais e dos conflitos daí decorrentes. No entanto, não descartou possíveis alianças, apenas seguiu uma política externa cautelosa e tentou evitar quaisquer obrigações que pudessem advir de tratados de aliança. Procurou a garantia das suas possessões ultramarinas, rotas marítimas e interesses por via de uma forte ligação à Inglaterra, o que foi confirmado pelo Tratado de Methuen de 1703. Pelo seu apoio, a Inglaterra recebeu algumas concessões territoriais e numerosos privilégios comerciais que favoreceram os seus comerciantes no Império Português. Sem estes privilégios comerciais, provavelmente não teria estado envolvida no apoio a Portugal. Ao mesmo tempo, Portugal tentou evitar a todo o custo uma renovação da guerra com Espanha, que poderia colocar em causa a independência recém-adquirida (MACEDO 1987: 214-215).

A dificuldade em tomar uma decisão reflete-se no debate político em Portugal no período 1669-1672. Durante muito tempo não se reconheceu a alteração na balança de poder na Ásia, e só depois de tentativas falhadas para reverter a situação através dos meios militares ou de reformas económicas é que decidiu pela negociação diplomática. Percebe-se a relutância, a longo prazo, em aceitar a esta mudança na distribuição do poder na Ásia, se considerarmos que Portugal estava bastante mais dependente dos rendimentos ultramarinos do que qualquer outro Estado europeu. Na primeira metade do século XVII, até 50% das receitas do Estado provinham do ultramar e, na segunda metade do século XVII, descia já para os 40%. Segundo Francisco Correia de Lacerda, “Portugal é o corpo desta monarquia e o coração dela, e as conquistas os braços” (BNP, FG, Cod. 748, f. 146). Para alguns nobres, Estado da Índia era sinónimo de ultramar. João de Mascarenhas, Marquês de Fronteira, declarou que “a maior grandeza e o primeiro esplendor desta Monarquia consiste nas suas conquistas”, entre as quais destacou as possessões asiáticas (BNP, FG,

Cod. 748, f. 154). No entanto, a defesa das possessões do Atlântico Sul, mais próximas e proveitosas que o Estado da Índia, esgotou todas as capacidades portuguesas. A tentativa da Coroa para travar o declínio do Estado da Índia sem ser obrigada a enviar recursos de Portugal falhou devido à resistência da elite política local, que se recusou a aceitar alterar o sistema existente, dado que este lhe permitia enriquecer à custa da Coroa. O vice-rei do Estado da Índia, Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, foi deposto em 1653 após tentar restringir práticas corruptas, fazer cumprir o pagamento de dívidas pendentes, afirmar maior poder real e garantir o funcionamento e defesa das possessões asiáticas através dos recursos financeiros da elite local (VALLADARES 2001: 75-77).

Se Portugal tivesse conseguido recuperar as suas possessões asiáticas apenas com o seu poder militar, tê-lo-ia feito, sem dúvida. Afinal, Nuno Álvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval, expressou-se de forma semelhante durante uma discussão política em 1669-1672 (BNP, FG, Cod. 748, ff. 136v, 139v). No entanto, Portugal encontrava-se numa profunda crise demográfica e económica, o que impossibilitava qualquer ofensiva de grande envergadura. A estagnação demográfica, que data de 1620-1668, foi causada por guerras prolongadas e epidemias recorrentes (NETO 2017: 103). A má situação económica de Portugal foi, por sua vez, causada pela perseguição dos “cristãos-novos” pela Inquisição, pela hostilidade da nobreza para com as classes empresariais e pela integração insuficiente de pelo menos uma parte da classe média à elite política. A Coroa foi incapaz de acalmar as tensões religiosas e sociais internas, de modernizar a estrutura administrativa patrimonial e quase feudal e de reformar o funcionamento do Estado. O resultado foi uma falta crónica de financiamento, sobretudo de prata, relacionada com a perda do acesso ao mercado japonês (1639-1640), com o acesso dificultado à prata sul-americana após a Restauração portuguesa e a secessão de Espanha (1640) e com a procura infrutífera de minas de prata na África do Sul, nomeadamente em Angola e Moçambique. Como resultado, faltaram também forças militares e navais (NEWITT 2005: 223-225).

O apoio do estrangeiro representava, assim, a única solução possível para Portugal. No entanto, a sua utilização para a ofensiva na Ásia pressupôs necessariamente a solução de toda uma série de problemas não só militares e logísticos, mas também políticos e diplomáticos. Sobre tudo a coordenação das frotas da aliança e a harmonização dos interesses dos aliados foram problemáticas. Eles exigiram de forma flagrante ganhos territoriais pela sua ajuda, incluindo atuais e antigas possessões portuguesas. A sua entrega não seria novidade para Portugal, uma vez que utilizava as suas possessões

ultramarinas como um trunfo nas negociações internacionais desde as conversações diplomáticas com a Inglaterra no início da década de 1660. No entanto, a ausência de apoio militar inglês na Ásia contra os holandeses em troca de concessões territoriais (Tânger, Bombaim) relativizou esta estratégia, como poderia ter acontecido de forma semelhante com a França. Além disso, o poder naval francês não foi considerado suficiente para impedir os holandeses de se defenderem eficazmente. Por último, o retorno dos investimentos iniciais na Ásia seria necessariamente mínimo, pois teriam de ir para o exército e para a frota (SUBRAHMANYAM 2021: 1793).

Embora o Rei-Regente Pedro II estivesse teoricamente disposto a fazer uma série de concessões no ultramar, a favor dos seus aliados, que seriam completamente impensáveis anteriormente, considerou a participação na tríplice aliança como desvantajosa, de resultado incerto e demasiado arriscada. Por isso, decidiu-se por não aderir, privilegiando a paz, o que lhe permitiu realizar uma série de reformas fundamentais do restante Estado da Índia, levadas a cabo na década de 1670 e que contribuíram para a sua estabilização e sobrevivência (AMES 2000: 145-147). Isto foi facilitado pela rivalidade entre outras nações europeias, especialmente ingleses, franceses e holandeses. Contudo, foi redimido pela marginalização político-militar do Estado da Índia. Além disso, teve uma forte resistência de parte do espectro político cuja mentalidade estava ideologicamente inflexível e que tentou derrubar o Rei-Regente D. Pedro II e reinstalar o seu irmão, o Rei D. Afonso VI (1669, 1673), privado do poder *de facto* em 1667 (VALLADARES 2001: 94).

O Estado da Índia sobreviveu, pois, à turbulenta metade do século XVII, mas nunca recuperou a sua extensão territorial original, nem a sua importância de poder. Não é possível falar sobre a perda da perspectiva da regeneração. Goa continuava a funcionar como centro comercial, a Província do Norte era central para a coleta dos impostos fundiários de *prazos*, África Oriental passava pela expansão territorial a partir deste período, e Macau representava a porta de acesso ao mercado chinês. Assim, o Estado da Índia revela continuar a ter uma vitalidade considerável. No entanto, a sua organização administrativa e militar era extremamente débil na segunda metade do século XVII; e foram sobretudo os membros da elite política local a enriquecer com o comércio e a agricultura, e não a Coroa, que funcionava mais como protetora do capital privado (VALLADARES 2001: 112). Neste contexto, não é de estranhar que, a partir de meados do século XVII, os vice-reis do Estado da Índia fossem, na sua maioria, filhos segundos nascidos de nobres provinciais sem experiência adequada, e não membros da nobreza

média com rica experiência da Ásia, como aconteceu até aí (MONTEIRO, CUNHA 2000: 180, 182). Semelhante desinteresse por parte da Coroa foi evidente não só no plano político, mas também no plano historiográfico. Não foram publicados novos trabalhos com descrição da situação que se vivia, privilegiando-se, em vez disso, as memórias de um passado glorioso, já mitificado (VALLADARES 2001: 96-98, 114-115).

Conclusão

Após o debate político de 1669-1672, Portugal abriu mão da defesa do Estado da Índia dentro dos limites estabelecidos em bulas papais e tratados bilaterais com Espanha. Significou isto a confirmação da perda da sua importância no seio do Império Português, no qual a sua posição vinha enfraquecendo desde finais do século XVI. No primeiro terço do século XVII, foi definitivamente eclipsado, substituído por um império mais perspetivo e coerente centrado no Atlântico Sul. Para que os portugueses evitassem a desagregação do Estado da Índia, teria sido necessária a renovação do conflito com a República Holandesa, que levava já mais de 60 anos e que terminou em 1669, depois de um esforço de 20 anos, o que se mostrou demasiado arriscado. Por conseguinte, aceitou-se a situação, substituindo a política de imposição do monopólio, defendida durante 150 anos, por uma política de neutralidade, ou de indiferença, em relação aos concorrentes europeus. A neutralidade não era uma novidade para a política externa portuguesa na Europa, mas era uma novidade na Ásia. Graças a esta mudança radical, Portugal depois de 1663 não perdeu quase nenhum território para outras nações europeias. Pode, por isso, falar-se de racionalização da política externa portuguesa em relação à Ásia.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Documentos avulsos relativos à Índia (DAI), caixa 28, caixa 29.

Biblioteca da Ajuda (BA), Codex 51-V-49, 51-VIII-26.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Codex 2967.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNP), Fundo Geral (FG), Codex 748.

Nationaal Archief (NA), VOC 1282, Overgekomen Brieven en Papieren (OBP) 1672. VOC 895, Batavia's Uitgaand Briefboek (BUB) 1671.

Bibliografia

- AMES, Glenn J. (1990). "Colbert's Indian Ocean strategy of 1664-1674: A reappraisal". *French Historical Studies*, 16, 3, 536-559.
- AMES, Glenn J. (1993). "An elusive partner: Portugal and Colbert's projected Asian alliance 1669-1672". *Revista Portuguesa de História*, XXVIII, 33-57.
- AMES, Glenn J. (2000). *Renascent empire? The house of Braganza and the quest for stability in Portuguese Monsoon Asia 1640-1683*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- BRUIJN, Jaap R.; GAASTRA, Femme S.; SCHÖFFER, Ivo (1979). *Dutch-Asiatic shipping in the 17th and 18th centuries*, vol. II, *Outward-bound voyages from the Netherlands to Asia and the Cape (1595-1794)*. Haag: Nijhoff.
- COSTA, Leonor Freire (2013). "Portuguese resilience in global war: Military motivation and institutional adaptation in the sixteenth- and seventeenth-century Cape Route", in Lucia Coppolaro, Francine McKenzie (eds.), *A global history of trade and conflict since 1500*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 38-61.
- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MÜNCH MIRANDA, Susana (2016). *An economic history of Portugal 1143-2010*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da (1997). "As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África", in sep. *Mare liberum*. *Revista de História dos Mares*, 13-14, 5-50.
- DISNEY, Anthony R. (2009). *A History of Portugal and the Portuguese empire: From beginnings to 1807: The Portuguese empire*, vol. II. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLORES, Jorge Manuel (2001). *Olhos do rei: Desenhos e descrições portuguesas da ilha de Ceilão (1624, 1638)*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses.
- MACEDO, Jorge Borges de (1987). *História diplomática portuguesa: Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, vol. I. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- MELLO, Evaldo Cabral de (2001). *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da (2000). "Vice-reis e governadores do Estado da Índia: Uma abordagem prosopógrafa (1505-1834)", in *Encontro sobre Portugal e a Índia*. Lisboa: Fundação

- Oriente, Livros Horizonte, 175-185.
- MÜLLER, Leos (2019). *Neutrality in world history*. New York, London: Routledge.
- NETO, Margarida Sobral (2017). "Conflict and decline 1620-1703", in Dulce Freire, Pedro Lains (eds.), *An agrarian history of Portugal 1000-2000: Economic development on the European frontier*. Leiden: Brill.
- PEARSON, Michael N. (1987). *The Portuguese in India*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PISSURLENCAR, Panduronga S. S. (ed.) (1956). *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. Bastorá, Goa: Tipografia Rangel, 220-223.
- ROELOFSZ, M. A. P. (1943). *De vestiging der Nederlanders ter kuste Malabar*. Den Haag: Brill.
- SALDANHA, António Vasconcelos de (1991). "O problema jurídico-político da incorporação de Ceilão na Coroa de Portugal". *Revista da Cultura*, I, 13/14, 233-257.
- SANTARÉM, Visconde de (1842-1876). *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, vol. IV, pt. II. Lisboa.
- SCHNAKENBOURG, Éric (2019). *Entre la guerre et la paix: Neutralité et relations internationales*. Rennes: Presses universitaires.
- SCHWARTZ, Stuart B. (2007). "The economy of the Portuguese empire", in Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto (eds.), *Portuguese oceanic expansion 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 19-48.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2012). *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: A political and economic history*. Chichester: John Wiley.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2021). "Looking out from Goa, 1648: Perspectives on a crisis of the Estado da Índia". *Modern Asian studies*, 55, 6, 1755-1794.
- VALLADARES, Rafael (2001). *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680): Declive imperial y adaptación*. Leuven: Leuven University Press.
- VEEN, Ernst van (2000). *Decay or defeat?: An inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies, Universiteit Leiden.
- VINK, Markus P. M. (2016). *Encounters on the opposite coast: The Dutch East India Company and the Nayaka State of Madurai in the seventeenth century*. Leiden: Brill.
- WINIUS, George D. (2001). "India or Brazil? Priority for imperial survival in the wars of the Restauração", in George D. Winius (ed.), *Studies on Portuguese Asia 1495-1689*. Aldershot: Ashgate Variorum, 1-9.

